

ATA NÚMERO 159/XII (3.ª)

Aos dezoito dias do mês de março de 2014, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 2, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Audição da Subcomissão de Trabalhadores da RTP-Porto, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

2 — Estatuto dos Deputados.

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, deu as boas-vindas à Subcomissão de Trabalhadores da RTP-Porto, representada por Luís Loureiro, Miguel Cerqueira, Nuno Rodrigues e Manuel Liberato, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Na sua intervenção inicial, o Senhor Luís Loureiro começou por sublinhar a importância do Centro de Produção do Porto no contexto da prestação do serviço público de rádio e televisão; disse que, pela primeira vez, ele aparece referenciado no contrato de concessão de uma forma explícita, o que é extremamente positivo; que a RTP-Porto, tendo sofrido um corte de 25% dos seus funcionários, conta hoje com 280 trabalhadores na rádio e na televisão, sendo a estrutura da RTP que maior número de trabalhadores reduziu; que, apesar de ter perdido parte da sua operacionalidade, a RTP-Porto tem desempenhado ao longo da sua história um papel absolutamente fundamental na prestação de um verdadeiro serviço público de qualidade; que tem uma estrutura de proximidade, dinamizadora da indústria do audiovisual do norte.

Mais acrescentou que o Centro de Produção do Norte assenta em três pilares fundamentais — a informação, a produção de entretenimento e a rádio pública; que a informação tem uma presença muito forte na RTP1 através de uma estrutura descentralizada, de um centro de decisão editorial diferente do de Lisboa e que é corporizado no *Jornal da Tarde* e também na *RTP Informação* e, em breve e com maior estabilidade, na RTP2; que a existência de estruturas

descentralizadas de decisão editorial das redações das televisões favorece o acesso e o tratamento das agendas locais e regionais; que a RTP-Porto desempenha um papel diferenciador.

Por fim, referiu-se ao fim do programa *Praça da Alegria*, tendo sublinhado que até hoje os trabalhadores ainda não conseguiram perceber a razão de ser de terem passado a produção deste programa para Lisboa.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Hermínia Azenha (PSD), Agostinho Santa (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Paula Batista (PCP).

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) começou por referir-se à transformação do perfil do Centro de Produção do Norte e à sua vocação regional e de proximidade; ao inevitável despedimento coletivo; à ameaça que paira sobre os três pilares do Centro de Produção do Norte e às consequências drásticas que daí poderão advir; aos riscos inerentes à saída de trabalhadores e ao futuro da missão do Centro de Produção; às contingências do novo modelo de financiamento; às perspetivas da Subcomissão de Trabalhadores quanto ao novo modelo de governo e ao estatuto do novo Conselho Geral Independente (CGI). Perguntou se pensam haver alguma garantia de equilíbrio entre os diferentes órgãos ou se, pelo contrário, acreditam que pode haver uma colisão de funções entre os diversos órgãos ligados à fiscalização e ao acompanhamento da RTP.

A Senhora Deputada Hermínia Azenha (PSD) colocou questões sobre a inclusão de um membro dos trabalhadores no Conselho de Opinião, e às mais-valias que daí poderão advir; a criação do CGI; os riscos de governamentalização; e a representação geográfica, cultural e de género. Perguntou se os trabalhadores concordam com o fim da indemnização compensatória e se o novo modelo de financiamento pode conduzir a uma maior independência.

O Senhor Deputado Agostinho Santa (PS) perguntou se a opinião dos trabalhadores do Centro de Produção do Norte foi tida em conta aquando da delimitação da reestruturação da empresa e acerca das propostas de lei; qual a relação que este Centro pode ter com a região do norte e qual o seu futuro; se pode haver um verdadeiro serviço de proximidade, dando voz à população residente no norte do país; se a existência do CGI faz ou não sentido; se não pode haver risco de sobreposição de competências com outros órgãos; se o financiamento previsto é suficiente para a prestação de um serviço público de qualidade; se o Centro de Produção tem ou não capacidade para produzir informação e programas.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre a atribuição de novas competências; a transferência da RTP2 para o norte; a estratégia de valorização e de redesenho da RTP2; o trabalho prestado pelo Centro de Produção do Norte em termos de contributo para a coesão e para uma informação alargada e abrangente daquilo que é o País; a desgovernamentalização do serviço público de rádio e de televisão; o CGI e a prestação regular de contas à Assembleia da República; a redução do quadro de pessoal em cerca de 25%, sendo que fazer mais e melhor pode ser uma valorização e uma fixação da empresa e uma mais-valia para a sua afirmação no quadro do audiovisual nacional.

A Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) referiu que o contrato de concessão era uma forma que o Governo tinha encontrado para mais uma vez se desresponsabilizar dos serviços públicos e que o CGI não seria uma garantia de independência. Debruçou-se também sobre o futuro do Centro de Produção do Norte e a saída de trabalhadores, tendo perguntado se já tinha sido necessário recorrer à externalização dos serviços e se a saída de mais trabalhadores podia comprometer o funcionamento daquele Centro de Produção.

O Senhor Luís Loureiro respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que, em relação à reconfiguração da missão da RTP-Porto decorrente do novo contrato de concessão, remetia essa resposta para os três pilares essenciais da RTP-Porto; que, dentro dos três pilares, pensa não ser estranho haver novos desafios, e não vê qualquer problema em se assumirem modelos que eventualmente venham a autonomizar alguma decisão editorial ou programática, ou em relação a modelos de governança mais autonomizados; que vai ser necessário vencer um conjunto de resistências muito fortes que se está a fazer sentir; que o modelo ainda está envolto numa grande nebulosa; que há o receio de que possa haver uma asfixia financeira e uma impossibilidade prática de produzir; que há riscos muito grandes de ainda serem despedidos mais trabalhadores; que as funções desempenhadas pelos funcionários que já saíram da RTP não estão a ser desempenhadas por ninguém.

Mais acrescentou que, se a RTP- Porto deixar de ter operacionalidade em alguns dos seus sectores haverá, com certeza, necessidade de recorrer à externalização; que a Subcomissão de Trabalhadores da RTP Porto ainda não definiu o seu posicionamento sobre o Conselho Geral Independente; que a RTP necessita de um modelo de governança mais independente, que deveria emanar do próprio Parlamento; que salienta como muito positiva a inclusão de um trabalhador no

Conselho de Opinião da empresa; que é de assinalar a importância da representação geográfica e de género no CGI.

Por último, referiu que duvida de que a CAV possa conferir independência à RTP; que neste momento o Centro está nos mínimos daquilo que pode prestar; que, quanto à missão e especificidade do Centro de Produção do Norte, ele tem uma intervenção muito forte na informação, na produção de conteúdos de entretenimento para o público e na rádio; que o espaço público comunicacional vai sofrer fortes constrangimentos, se não se conseguir olhar para as estruturas descentralizadas da RTP (RTP-Porto, delegações regionais e Centros Regionais dos Açores e da Madeira), fator de proximidade, de conhecimento mútuo e de compreensão das dificuldades; que os três pilares da RTP-Porto não podem ser alienados; que tudo o que possa contribuir para a independência editorial e financeira e para uma melhor relação da RTP com os cidadãos é positivo; que os constrangimentos financeiros vão colocar uma série de desafios quase impossíveis de resolver; que não é necessário sedear o que quer que seja no Porto, porque isso não vai e nem pode resolver os anseios, as preocupações dos seus trabalhadores; que a transferência da RTP2 para o Porto não pode acantonar o Centro de Produção, solução que não faria qualquer sentido, seria obtusa e prejudicaria toda a prestação de um serviço público de qualidade; que ainda não se recorreu à internacionalização.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Hermínia Azenha (PSD), Agostinho Santa (PS), Paulo Almeida (CDS-PP) e Paula Baptista (PCP), tendo o Senhor Luís Loureiro respondido no final em bloco às questões colocadas.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente fez o levantamento de todas as questões que ainda não tinham sido respondidas, após o que o Senhor Luís Loureiro interveio de novo para lhes dar resposta.

A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 12 horas e 20 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

No ponto dois da Ordem do Dia foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140318_2.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 12 horas e 25 minutos.

Palácio de São Bento, 18 de março de 2014.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Isabel Oneto
João Portugal
Mónica Ferro
Paulo Almeida
Raúl de Almeida



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Filipe Neto Brandão
Paula Baptista
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Pedro Delgado Alves
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Mendes Bota

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 28/05/2014.